



Projeto prevê atendimento médico a policiais feridos

Uma proposta que tramita na Câmara dos Deputados assegura atendimento de urgência aos policiais federais feridos no exercício de suas funções. O projeto prevê também o benefício para integrantes das polícias Civil e Militar, do Corpo de Bombeiros Militar, da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Ferroviária Federal. As informações são da Agência Câmara.

Pelo Projeto 92/07, de autoria do deputado Neilton Mulim (PR-RJ), todos os hospitais e clínicas serão obrigados a prestar assistência completa ao paciente, inclusive internação, pelo tempo necessário, sem que haja exigência de caução ou qualquer outro depósito ou desembolso pelo policial.

Segundo o parlamentar, o Estado deve garantir aos seus servidores que lidam diretamente com situações de perigo todas as condições para que sejam adequadamente atendidos. “É preciso zelar para que esses servidores tenham certeza de que, em caso de haver necessidade de tratamento médico de urgência, suas famílias, amigos e colegas não terão que arcar com as despesas decorrentes do tratamento”, justifica.

No Brasil, segundo dados da organização não-governamental Mídia sem Máscara, cerca de 2.160 militares são assassinados e feridos anualmente, o que coloca o país no primeiro lugar mundial no número de policiais vitimados por criminosos. São Paulo é o estado que lidera o ranking nacional de profissionais da área de segurança pública feridos por bandidos. Nas últimas décadas, a média de feridos no estado foi de 963 por ano.

Outra proposta que beneficia os federais e que está sendo defendida pela Federação Nacional dos Policiais Federais é o PL 6.994/06, que cria o seguro para indenização aos familiares de policiais federais e de policiais rodoviários federais mortos no exercício das suas atividades profissionais. O projeto foi apresentado pela deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC).

Segundo a deputada, o policial está em permanente risco inerente ao exercício de suas atividades profissionais. “Ele vive a permanente incerteza quanto ao seu destino e ao amparo que receberá sua família no caso de seu falecimento”, diz. Para Perpétua, a concessão de indenização aos beneficiários do policial morto em serviço representaria um avanço para a categoria.

Date Created

07/04/2007